

ESTADÃO DE SÃO PAULO *E a indefinição persiste*

Sarney 18 JUN 1985

Frustrou-se certamente quem esperava um pronunciamento do presidente da República sobre os principais temas econômicos nacionais, nesta sua primeira entrevista coletiva à imprensa. O sr. José Sarney permaneceu na área cinza da indefinição, preferindo ignorar, pelo menos oficialmente, a discordância existente entre os seus ministros sobre a política a ser adotada no combate à inflação.

O presidente apenas esboçou uma posição ao afirmar que todos, tanto o sr. Dornelles quanto o sr. Sayad, querem a redução das taxas de juros, mas isso não poderá ser obtido por meio de medidas artificiais, com o risco de perder-se o controle sobre a economia. Esta é a posição advogada pelo ministro da Fazenda, o que poderia levar a crer que o sr. José Sarney se inclina pela sua escola, já que defende, também, um corte duro nos gastos públicos associado a um aumento dos impostos, que deve incidir, diz o presidente, sobre os mais ricos. Mas, logo em seguida, admite que as soluções para o

problema não têm muita nitidez. Devemos, apenas, abster-nos de intervenções que violentam as leis do mercado, o que nos poderá levar "a acordar no astral" (seria uma alusão à nova moeda argentina, que simboliza o malogro das políticas econômicas postas em prática naquele país?).

Em toda a entrevista do sr. José Sarney, porém, persiste a falta de uma definição mais clara sobre a política que o governo irá seguir com relação aos desafios herdados da administração anterior, um caos, segundo o presidente. Ele reconhece que o inimigo principal continua sendo a inflação e, aqui, apresenta os resultados obtidos nos últimos dois meses — sucesso no controle dos preços e das tarifas e enquadramento das estatais. Mas, ao admitir, em seguida, que o congelamento é medida provisória, que será substituída pela "vigilância dos preços", o sr. José Sarney não explora as possíveis consequências dessa liberação sobre os índices inflacionários, que certamente voltarão a subir. Dessa forma, embora tenha sido afastada a possibili-

dade de uma inflação de 500%, o País está longe de havê-la controlado, já que, nestes três meses, persistem latentes as suas causas básicas, que residem essencialmente no déficit público e nos gastos do governo, ainda sem controle.

A impressão que fica dessa primeira entrevista é a de que o presidente ainda não se definiu, o que confirma, aliás, o seu discurso deste fim de semana, no Nordeste, quando afirmou que iria continuar ouvindo antes de falar. Parece que o sr. José Sarney pretende colher mais subsídios dos representantes da sociedade brasileira antes de definir, efetivamente, uma política econômica coerente, sem a qual, porém, permanecerá o clima de incerteza que domina os investidores.

Na medida do possível, todos permanecem aguardando no mercado financeiro, com aplicações de curtíssimo prazo, enquanto a definição não vem, com inevitáveis prejuízos futuros para a atividade produtora. Na área das empresas internacionais, essa dúvida se soma à expecta-

tiva das negociações com o FMI e os bancos estrangeiros, que se arrastam, difíceis. E, ainda aqui, o presidente não se define, preferindo repetir frases feitas, como "o Brasil não pagará sua dívida ao preço da recessão", ou algo parecido, que soam bem mas dizem pouco.

Em resumo, será preciso, infelizmente, aguardar mais um pouco para que se possa contar com uma política econômica clara, coerente. Enquanto isso, um tímido passo foi dado no sentido de evitar artificialismos insustentáveis, ao lado da promessa reafirmada pelo chefe da Nação de que o déficit público será reduzido, com um corte nos gastos das estatais e um aumento na receita proporcionado pela antecipação ou elevação de impostos. Quando virão e como virão, ninguém sabe. Na verdade, após ouvir a entrevista do presidente, ler atentamente o seu texto, chega-se à conclusão de que acabamos sabendo pouco sobre muita coisa. Mais grave, porém, é que talvez não apenas nós não saibamos o que se pretende fazer...